



ESTADO DE RONDÔNIA

DIÁRIO

DA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nº 35

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 14 DE SETEMBRO DE 2006

ANO XXIV

SUMÁRIO

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 6ª LEGISLATURA

29ª SESSÃO ORDINÁRIA
40ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
RESOLUÇÃO
ATOS DIVERSOS

ATA DA 29ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA. Em 28 de junho de 2006.

**Presidência do Sr.
Carlão de Oliveira – Presidente**

(Às 9 horas e 22 minutos é aberta a sessão).

COMPARECEM OS SENHORES: Nereu Klosinski (PT) Néri Firigolo (PT), Dr. Deusdete (PDT), Dr. Carlos (PDT), Chico Paraíba (PMDB), Marcos Donadon (PMDB), Ellen Ruth (PP), Maurão de Carvalho (PP), Kaká Mendonça (PTB) Leudo Buriti (PTB), Chico Doido (PSB), Paulo Moraes (PL), Ronilton Capixaba (PL), Everton Leoni (PRONA), Romeu Reolon (PSL), Carlão de Oliveira (PSL), Edézio Martelli (PTN), Beto do Trento (PSDC).

O SR. PRESIDENTE(Deusdete Alves) – Havendo número legal invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta 29ª sessão ordinária da 6ª legislatura.

Está suspensa essa sessão.

(Suspense-se esta sessão às 9 horas e 23 minutos, reabrindo às 10 horas e 3 minutos, com o Deputado Carlão de Oliveira).

O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira) – Está reaberta a sessão Ordinária. Solicito ao Senhor Secretário para proceder à leitura a Ata da sessão anterior.

O SR. DEUSDETE ALVES (4º Secretário) - Procedendo à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida, não havendo impugnação dou-a por aprovada, solicito ao Secretário proceder a leitura do expediente recebido.

(Suspense-se esta sessão às 10 horas e 10 minutos, reabri-se às 10 horas e 11 minutos).

O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira) – Está reaberta a sessão solicito ao Secretário proceder à leitura do expediente recebido.

O SR. DEUSDETE ALVES(4º Secretário) – Procedendo à leitura do expediente recebido:

-Ofício nº 082/06 – Governadoria, solicitando a substituição do Projeto de Lei Complementar que "Cria na estrutura da Fundação de Assistência Social do Estado de Rondônia – FASER, Cargos de Direção Superior", encaminhado através da Mensagem nº 066, de 16 de junho de 2006;

-MENSAGEM Nº 02/06 – Defensoria Pública do Estado de Rondônia, encaminhando Projeto de Lei Complementar que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 117, de 4 de novembro de 1994 (Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Rondônia), adaptando-a à Constituição Estadual e Federal, e dá outras providências;

-MENSAGEM Nº 70/06 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Dispõe sobre o pagamento de benefício

previdenciário do salário-família devido aos Servidores Públicos do Estado de Rondônia;

-MENSAGEM Nº 71/06 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito Especial até o montante de R\$64.482.539,45 em favor de Recursos Sob a Supervisão da SEFIN, Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental e Secretaria de Estado de Administração Penitenciária;

-MENSAGEM Nº 72/06 – Poder Executivo, comunicando Veto Total, ao Projeto de Lei Complementar que "Dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos Servidores do Quadro Administrativo de Pessoal do Ministério Público do Estado de Rondônia, em observância ao disposto no artigo 22, da Lei Complementar nº 303, de 26 julho de 2004;

-MENSAGEM Nº 73/06 – Poder Executivo, comunicando Veto Total ao Projeto de Lei Complementar que "Acrésceta parágrafo único ao artigo 1º e ao artigo 5º, ambos da Lei Complementar nº 337, de 1º de fevereiro de 2006, que dispõe sobre os subsídios do Ministério Público do Estado de Rondônia, de que tratam os artigos 39 § 4º, 127, § 2º e 128, § 5º, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, e dá outras providências;

-MENSAGEM Nº 74/06 – Poder Executivo, comunicando Veto Total ao Projeto de Lei Complementar que "Dispõe sobre os subsídios dos membros do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, de que tratam os artigos 37, XI, § 4º; 93, V; e 96, II, b, da Constituição Federal e dá outras providências;

-MENSAGEM Nº 75/06 – Poder Executivo, comunicando Veto Total ao Projeto de Lei Complementar que "Dispõe sobre o subsídio de Conselheiro, Auditor e Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e dá outras providências;

-MENSAGEM Nº 76/06 – Poder Executivo, comunicando Veto Total ao Projeto de Lei Complementar que "Implementa, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, o Programa de Assistência à Saúde dos Servidores de que trata a Lei nº 995, de 27 de junho de 2001, alterada pela Lei nº 1.591, de 31 de março de 2006;

-Telegrama Senado Federal, informando que o Projeto de Lei nº 6.852/06, se encontra sob a apreciação da Câmara dos Deputados e que tão logo chegue ao Senado, será à ela Dispensada a atenção necessária;

-Ofício nº 78/06 – Câmara Municipal de Campo Novo de Rondônia, encaminhando Nota de Repúdio ao Policial Militar Harithewan;

-Ofício nº 5238/06 – Ministério da Defesa-Programa Calha Norte, informando que o Diário Oficial da União nº 110, de 09 de junho de 2006, publicou a autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente da República para a expansão da área de atuação do Programa Calha Norte;

O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira) – Passemos às Breves Comunicações, não há Oradores inscritos. Passemos ao Grande Expediente, não há Oradores inscritos. Passemos às Comunicações de Lideranças, não há Oradores inscritos.

Solicito ao Sr. Secretário proceder a leitura das proposições recebidas.

O SR. DEUSDETE ALVES(4º Secretário) – Projeto de Lei - Autor Deputado Nereu Klosinski - Autoriza o Poder Executivo Estadual a conceder ampliação de Licença Maternidade aos Servidores Públicos do Estado de Rondônia e dá outras providências:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a conceder ampliação da Licença Maternidade às mães servidoras do Estado de Rondônia, de 120 (cento e vinte) dias para 180 (cento e oitenta) dias.

§ Único – O prazo para a contagem desse tempo será aplicado de acordo com as normas vigentes, sem prejuízo da sua remuneração.

Art. 2º - Durante todo o período da licença-maternidade a mãe da criança não poderá exercer qualquer atividade remunerada e nem coloca-la em creche ou organização similar.

§ Único – Em caso de descumprimento do disposto no caput deste artigo, a servidora pública perderá o direito à ampliação da licença bem como da respectiva remuneração.

Art. 3º - A licença paternidade passa a ser ampliada de 08 (dias) para 15 (quinze) dias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Um dos maiores e significativos avanços sociais para a evolução da sociedade é a formulação dos direitos básicos da

SECRETARIA LEGISLATIVA

Maria Iris Dias de Lima Diniz - Secretária Legislativa
Roger Luz da Silva - Divisão de Publicações e Anais
Silene Galdino Leite Reis - Divisão de Taquigrafia

O DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA FOI CRIADO PELA RESOLUÇÃO Nº 05/83, ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Palácio Teotônio Vilela
Rua Major Amarante s/n, Arigolândia
CEP 78.900-901 Porto Velho-RO

MESA DIRETORA

Carlão de Oliveira - Presidente
Kaká Mendonça – 1º Vice-Presidente
Haroldo Santos – 2º Vice-Presidente
Chico Paraíba – 1º Secretário
Ellen Ruth – 2º Secretário
João da Muleta – 3º Secretário
Dr. Deusdete Alves – 4º Secretário

Controle geral de processamento: Roger Luz Silva.
Controle de fluxo de documentos: Célia Aguiar
Correção Gramatical, Ortográfica e Redacional: Matias Mendes, Iris de Oliveira e Fátima Araújo.
Processamento de textos: Sandra Almeida, Mariléia Azevedo, Juliana Antonia e Pedro Rocha
Indexação e processamento de textos: Edmilcia Martins e Fátima Albuquerque.
Revisão de textos: Maria do Carmo.
Revisão técnica final das sessões: Maria do Carmo.
Diagramação: Robison Luz da Silva e Ana Cristina Favacho.
Distribuição e org. Anais: Terezinha Dias.
Taquigrafia: Ana Jóia, Elizete, Gláucia, Jô, Cida, Irene, Ceíça, Mirian, Neide, Neuza e Rô.
Revisão das notas taquigráficas: Silene G. Leite Reis

criança e do adolescente. Com isso o Brasil tornou-se signatário de todas as decisões oriundas da Convenção das Nações Unidas que trata dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, ou seja, a criação do Estatuto de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (ECA).

De acordo com o **Art. 7º da Lei nº8.069/90 (ECA)**, "a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência"; ainda em seu Art. 9º, reza: "o poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade". Então, vejamos:

1. O êxito do crescimento e desenvolvimento da criança, desde a vida intra uterina, depende de vários fatores do meio ambiente em que vive, mas, principalmente, da criação de vínculo afetivo adequado com a mãe, o pai e demais membros do grupo social da família que a acolhe.

2. Por outro lado, os laços fortes desse apego mãe-filho-pai-família construídos em especial no primeiro ano de vida, e principalmente nos primeiros seis meses de vida, são indispensáveis para o desenvolvimento de uma criança sadia, de um adolescente saudável e de um adulto solidário (emocionalmente equilibrado), desde que essa presença seja qualitativa.

3. Por proposta brasileira, a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda o aleitamento materno exclusivo durante os seis primeiros meses de vida. É a forma natural de propiciar a plenitude do vínculo afetivo original que, na espécie huma, se faz de maneira insubstituível, nesse período, pois a amamentação não se presta apenas a prover nutrição ao lactente. Permite o contato físico com a mãe, a identificação recíproca entre mãe e filho, (**dados da Sociedade Brasileira de Pediatria**).

4. É importante frisar ainda que, mães trabalhadoras que não conseguem, por qualquer razão, amamentar seus filhos com seu leite materno, podem garantir-lhes com igual plenitude todos os demais estímulos essenciais ao estabelecimento do vínculo afetivo, desde que estejam disponíveis para cuidarem dos filhos. E a presença do pai é fator primordial para a segurança afetiva da mãe e do filho.

Portanto, é inadiável a formulação de mecanismos jurídicos e legislativos que torne possível a ampliação da licença-maternidade de quatro para seis meses e a exemplo do Projeto de Lei do Senado nº281/05 e inúmeros projetos apresentados em outras regiões do Brasil que já são Leis, como Varjota/CE, Vitória/ES e Macapá/AP, apresento esta Projeto de Lei, que em vista dos imensos ganhos sociais da iniciativa, solicito apoio aos nobres parlamentares.

Plenário das Deliberações, 22 de junho de 2006.
Dep. Nereu Klosinski.

- Moção de Pesar de Autoria da Mesa Diretora:

Requer aprovação de Moção de Pesar ao deputado Daniel Neri pelo falecimento de seu Genitor.

Os Deputados que a presente subscrevem, requerem a Mesa, na forma regimental, seja aprovada MOÇÃO DE PESAR,

dirigida ao Deputado Daniel Néri, extensiva a seus familiares, pelo falecimento de seu genitor Senhor Alberto Néri de Oliveira, ocorrido no último dia 26, na cidade de Cacoal.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Apresentamos esta propositura, com a finalidade de externar o nosso sentimento ao colega Deputado Daniel Néri, pela perda irreparável que sofrera, com o falecimento de seu genitor Senhor Alberto Néri de Oliveira, pêsames extensivo a seus familiares, e desejamos que Deus possa consolar o coração de todos, nesse momento de dor.

Razão pela qual solicitamos o apoio e o voto dos nobres pares.

Plenário das Deliberações, 27 de junho de 2006.

Dep. Carlão de Oliveira – Presidente

Dep. Kaká Mendonça – 1º Vice-Presidente

Dep. Haroldo Santos – 2º Vice-Presidente

Dep. Chico Paraíba – 1º Secretário

Dep. Ellen Ruth – 2ª – Secretária

Dep. João da Muleta – 3º Secretário

Dep. Dr. Deusdete Alves – 4º Secretário

- Indicação do Deputado Neri Firigolo:

Indica ao Gerente Regional dos Correios a conveniência de instalação de agências comunitárias dos Correios.

O Parlamentar que a presente subscreve, nos termos do artigo 188 do Regimento Interno, através da Mesa Diretora, cientificado o Plenário, indica ao Regente Regional da Empresa de Correios e Telégrafos a conveniência viabilizar a instalação de Agências Comunitária dos Correios, nos distritos de São Carlos, vista Alegre do Abunã, Mutun Paraná, Jaci Paraná, União Bandeirantes.

JUSTIFICATIVA

A ECT vem desenvolvendo um mecanismo extremamente interessante para implementar-se nos distritos, tendo em vista que, tal mecanismo viabiliza a realização de convênio com o Poder Executivo Municipal, ou até mesmo com Entidades Representativas da Sociedade civil no sentido de instituir a implementação de agências comunitárias dos correios em localidades com mais 5000 habitantes. Uma vez que a maior parte dos distritos pertencentes ao município de Porto Velho, possui mais quinhentos habitantes, portanto, justifica-se a implantação das agências em questão.

Plenário das Deliberações, 26 de junho de 2006.

Dep. Neri Firigolo.

- Projeto de Lei da Deputada Ellen Ruth:

Autoriza o Poder Executivo Estadual a proceder o realinhamento do valor do soldo dos integrantes da carreira de Militares do Estado.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a proceder o realinhamento do valor do soldo dos integrantes da

carreira de Militares do Estado, definido pela Lei nº1063, de 10 de abril de 2002, nos termos desta Lei.

Art. 2º - O soldo dos Policiais Militares e Bombeiros Militares, em cada posto e graduação corresponde aqueles estabelecidos no Anexo único a esta Lei.

Art. 3º - O presente realinhamento produz efeitos a contar de 1º de janeiro de 2006.

Parágrafo único – Os valores relativos aos meses anteriores da publicação desta Lei serão auferidos ao PM/BM, mês a mês, concomitantemente com o soldo do mês trabalhado.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2006.

POSTO E GRADUAÇÕES PM/BM	SOLDOR\$
Coronel	9.009,00
Tenente coronel	7.854,00
Major	7.045,50
Capitão	6.468,00
1º Tenente	4.715,87
2º Tenente	4.287,16
Aspirante a Oficial	3.536,79
Subtenente	3.572,63
1º Sargento	3.247,84
2º Sargento	2.952,58
3º Sargento	2.684,17
Cabo PM/BM	2.440,15
PM/BM 1ª Classe	2.197,96
PM/BM 2ª Classe	1.816,50
PM/BM 3ª Classe	1.277,83

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por escopo promover a equiparação do soldo dos Policiais Militares e Bombeiros Militares ao vencimento dos Policiais Cíveis do Estado.

Ressalto que a presente medida vai ao encontro dos anseios da Classe Policial Militar/Bombeiros Militar, que há muito tempo vêm aguardando humildemente que seja efetivada a tão prometida isonomia salarial.

Esclareço que a Lei Orçamentária do corrente exercício está contemplada com os valores correspondentes à despesa do proposto realinhamento.

Pelo exposto, espero merecer o apoio dos nobres companheiros para a aprovação da matéria.

Plenário das Deliberações, 28 de junho de 2006.
Dep. Ellen Ruth.

- Projeto de Lei da Deputada Ellen Ruth:

Autoriza o Poder Executivo a criar Gratificação Técnica, no âmbito da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil do Estado de Rondônia.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Gratificação Técnica, no âmbito da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil do Estado de Rondônia.

Art. 2º - A Gratificação Técnica de que trata o artigo 1º desta Lei, destina-se aos Oficiais e Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, e aos integrantes da carreira

da Polícia Civil, graduados em curso de nível superior, com o objetivo de propiciar o desenvolvimento na carreira, a ser paga:

I – no valor equivalente à 50% (cinquenta por cento) do valor do soldo da respectiva graduação, para os policiais militares e bombeiros militares; II – no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do vencimento do cargo efetivo para os policiais civis.

Parágrafo único – A Gratificação Técnica é devida a partir da data da averbação do diploma de conclusão do curso superior nos registros funcionais do policial militar, do bombeiro militar ou do policial civil, após reconhecimento em processo próprio pelo Titular da Pasta a que estiver subordinado e homologação do Chefe do Poder Executivo, de conformidade com as disponibilidades do Estado, sem operar efeitos financeiros retroativos em qualquer hipótese.

Art. 3º - A presente Gratificação não se aplica aos integrantes da carreira da Polícia Civil, que tenha como pré-requisito o cargo de nível superior para ingresso na carreira.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados, o presente Projeto de Lei tem por escopo incentivar a ascensão pessoal dos policiais militares, dos bombeiros militares e dos policiais civis do Estado, como também propiciar o desenvolvimento na própria carreira.

Assim proponho a criação da Gratificação Técnica, a ser paga no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do soldo da respectiva graduação, para os policiais militares e bombeiros militares, como no mesmo percentual sobre o vencimento dos policiais civis do Estado, devida a partir da data da averbação do diploma de conclusão do curso superior nos devidos registros funcionais, após reconhecimento em processo próprio pelo Titular da Pasta e homologação do Chefe do Poder Executivo, de conformidade com as disponibilidades do Estado.

Plenário das Deliberações, 07 de março de 2006.
Dep. Ellen Ruth.

- Indicação da Deputada Ellen Ruth:

Indica ao Poder Executivo a necessidade da construção de um quartel da Polícia Militar, no Distrito de Nova Dimensão, no município de Nova Mamoré.

A Parlamentar que a presente subscreve, indica ao Poder Executivo a necessidade da construção de um quartel da Polícia Militar, no Distrito de Nova Dimensão, no Município de Nova Mamoré.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação se faz em atendimento a pleito dos moradores do Distrito de Nova Dimensão, no município de Mamoré, tendo em vista a freqüente ocorrência de roubos, furtos, agressões, e até de alguns assassinatos. Daí, a necessidade de policiamento na área para desta forma inibir determinadas ações.

Plenário das Deliberações, 26 de março de 2006.
Dep. Ellen Ruth

- Projeto de Lei do Deputado Carlão de Oliveira:

Declara de Utilidade Pública o Lions Clube de Cerejeiras, com sede em Cerejeiras.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública o Lions Clube de Cerejeiras, com sede na cidade de Cerejeiras.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Tomamos a iniciativa de apresentar esta propositura, considerando o relevante trabalho desenvolvido pelos Lions Clube de Cerejeiras, que além de cumprir as suas atribuições estatutárias, no que concerne as atividades inerentes a sua finalidade precípua de atender as expectativas de seus associados os (leoninos), desenvolve também, ao mesmo tempo, uma excelente e competentíssima atividade de cunho social, que ao longo da sua trajetória tem minimizada a vida daqueles que necessitam efetivamente, e a sua atuação nessa área no município de Cerejeiras tem sido altamente elogiável, pois, na medida do possível, supre uma lacuna deixada pelo Poder Público.

Diante disso, entendemos que tornar o Lions Clube de Cerejeiras em uma entidade utilidade pública, nada mais é do que reconhecer efetivamente o trabalho profícuo desenvolvido, e dessa forma atender o justo pleito dos dirigentes, que nada mais desejam do que possibilitar que o trabalho já desenvolvido possa ser ampliado de forma que atender um leque bem mais extenso de pessoas necessitadas.

Razão pela qual, solicitamos o apoio e voto dos Nobres Pares.

Porto Velho, 21 de junho de 2006.

Dep. Carlão de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira) – Solicito ao senhor Secretário proceder a leitura das matérias a serem apreciadas:

O SR. DEUSDETE ALVES(4º Secretário) – Moção de Pesar da Mesa Diretora – Requer Moção de Pesar ao Deputado Daniel Néri pelo falecimento do seu genitor.

O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira) – Em discussão. Encerrada a discussão.

Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

O SR. DEUSDETE ALVES(4º Secretário) – Não há mais matérias a serem deliberadas.

O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira) – Passemos às Comunicações Parlamentares. Com a palavra o Deputado Nereu Klosinski.

O SR. NEREU KLOSINSKI – Senhor Presidente, senhores Deputados, imprensa, público que participa desta Sessão. Gostaríamos aqui, de nos manifestar, senhor Presidente, justamente sobre um projeto que estamos

apresentando aqui nesta Casa, onde este projeto já é lei no Estado do Amapá e em vários municípios do nosso país e, foi apresentado aqui em Porto Velho também pelo nosso companheiro Vereador Wildes.

O projeto que apresentamos ao Poder Executivo Estadual é justamente, da ampliação da licença-maternidade a servidoras públicas do Estado de Rondônia. Nós já sabemos que tramita no Congresso Nacional também a ampliação desse período, vários estudos, pelo menos apresentadas, várias discussões comprovam de que os quatro meses que a mãe tem de Licença Maternidade ainda é um espaço pequeno, é um espaço curto para que ela possa manter, justamente a sua dedicação ao recém-nascido. Portanto, a ampliação para seis meses. Ela, sem dúvida nenhuma, vai melhorar na educação, no acompanhamento desse bebê que a mãe tem durante esse período.

Então é uma preocupação que nós temos, dados já comprovam também de que isso não afetaria em momento nenhum a questão financeira do Estado. Portanto, não é a ampliação de mais dois meses, dizer que isso pode ser problemático, pode ter um custo muito alto para o Estado, nós sabemos que isso é perfeitamente admissível dentro da estrutura do Estado e, nós sabemos que isso também é possível, inclusive, para as mães que trabalham na iniciativa privada.

No Congresso Nacional já tramita um projeto de lei constitucional. Nós não estamos apresentando aqui porque nós sabemos que para que todos os servidores, todas as trabalhadoras tenham esse direito, a nível de Brasil, ele necessariamente precisa passar pelo Congresso Nacional. A função, a condição que nós temos aqui é justamente na alteração que tramitava antes, na 68, hoje na Lei Complementar 228, onde ela dispõe sobre a Previdência dos servidores. E nós estamos apresentando esse projeto, justamente, da ampliação da Licença-maternidade às trabalhadoras, funcionárias públicas do nosso Estado de Rondônia incluindo, aqui sem dúvida nenhuma do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, das autarquias, todas as mães que terão dentro da nossa proposta o período da licença-maternidade ampliado para 180 dias.

São essas considerações, senhor Presidente, senhores Deputados, gostaria também de colocar mais uma questão que lamentamos do Governo do Estado ter vetado os 5% de aumento dos servidores do Ministério Público. Não sei qual a justificativa porque até a própria lei eleitoral diz claramente que aumento conforme a inflação, é totalmente permitido e a inflação acumulada foi de 5,9%, no entanto, o Governo ainda vetou os 5% para o Ministério Público, da mesma forma que tinha vetado para o Tribunal de Justiça. Mas esta Casa derrubou o veto e eu quero ter a certeza, tenho a certeza de que esta Casa novamente vai derrubar o veto da reposição salarial de 5% dos servidores do Ministério Público, e dizer também que os trabalhadores em Educação discutiram, fizeram toda uma discussão do Plano de Carreira, compromisso do Governador mandar para esta Casa, no entanto, até esta data o Plano de Carreira dos Servidores, os trabalhadores em Educação a gente sabe que não chegou à Assembléia Legislativa.

São essas as considerações, senhor Presidente, senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira) – Encerrada as Comunicações Parlamentares, eu quero convocar aqui a

Comissão de Constituição de Justiça e de Finanças e as demais Comissões para logo em seguida se reunirem para discutir as matérias que há e são de interesse, aqui nesta Casa tendo em vista que a partir de sexta-feira entra em recesso. Então ficam convocadas as Comissões para se reunirem para discutir os projetos que estão aqui paralisados e, antes de encerrar a sessão, eu quero convocar outra sessão para ouvir o Presidente do IPERON.

Então nada mais havendo a tratar invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a sessão fica convocada outra Extraordinária no prazo de 15 minutos para que seja convidado o Presidente do IPERON para ser ouvido aqui.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta sessão às 10 horas e 26 minutos).

**ATA DA 40ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA.
Em 28 de junho de 2006.**

**Presidência do Sr.
Deusdete Alves – 4º Secretário**

(Às 10 horas e 42 minutos é aberta a sessão).

COMPARECEM OS SENHORES: Nereu Klosinski (PT), Neri Firigolo (PT), Doutor Deusdete (PDT), Dr. Carlos (PDT), Chico Paraíba (PMDB), , Marcos Donadon (PMDB), Maurão de Carvalho (PP), Paulo Moraes (PL), Ronilton Capixaba (PL), Everton Leoni (PRONA), e Beto do Trento (PSDC).

O SR. PRESIDENTE(Deusdete Alves) – Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 40ª Sessão Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa da 6ª Legislatura, com a finalidade de ouvir o Presidente do IPERON, para prestar esclarecimentos relativos ao pagamento dos descontos indevidos aos servidores não integrantes de ações judiciais. Fica dispensada a leitura da Ata da sessão anterior.

Nos termos regimentais, concedo a palavra ao senhor José Antunes Cipriano, pelo prazo de uma hora para os seus esclarecimentos.

O SR. JOSÉ ANTUNES CIPRIANO – Sr. Presidente, Deputado Deusdete; Sr. Deputado Nereu Klosinski, Deputado Marcos Donadon, senhores que nos ouvem, sindicalistas, servidores públicos, a Alba, a nossa assessora, e todos os demais presentes um bom dia.

Primeiramente, eu quero fazer uma pequena justificativa dos motivos que me impediram de eu comparecer às audiências convocadas por esta nobre Casa de Leis. Na primeira convocação, nós estávamos aí com uma dificuldade na liberação do CRP e calhou que justamente naquele dia nós estávamos recebendo uma consultoria que está trabalhando, inclusive formatou um projeto de lei que já está nesta Casa, que nós dependemos dele exatamente para liberação do CRP. Na segunda convocação, nós estávamos prontos para vir, mas a própria Casa pediu a prorrogação, e nós entendemos, era

jogo da Seleção Brasileira, perfeito. Na terceira, nós realizamos uma reunião com todos os Presidentes de Institutos do Brasil, dos regimes próprios, aqui em Porto Velho, uma reunião inédita, aonde nós candidatamos Rondônia há dois anos e foi um páreo difícil e nós começamos a receber já inclusive na antevéspera, e na véspera e com reuniões sucessivas para acertar pauta, então realmente foi complicado.

Reafirmo que não foi nenhuma intenção em momento algum de desrespeitar o chamado, entendeu, a convocação desta nobre Casa de Leis. Toda vida que tem nos chamado nós temos atendido prontamente. Deixamos de vir realmente porque estávamos imbuído no trabalho a serviço do Estado.

Bom, fazendo essas considerações, eu preciso ainda fazer outras considerações, um breve histórico do IPERON para então entrar no objeto da pauta propriamente dito.

Como os senhores bem sabem, nós já pagamos aí para o Sindicato, fizemos essa devolução, só para o Sindicato setenta milhões de reais. Foram beneficiados mais de vinte mil servidores. Eu preciso voltar a 2003. O IPERON, eu acho que são poucos aqueles que não sabem a situação do IPERON, no dia 1º de janeiro, quando amanhecia encontrava-se na conta, no Fundo de Previdência, aquelas contas tidas como Fundo de Previdência pouco mais de nove milhões, totalizando quatorze milhões, pouco mais de quatorze milhões em função do custeio, e mais uma verba de seguro que tem. Era o que tinha nas contas do IPERON. Nesses três anos e meio nós conseguimos pagar débitos antigos, aproximadamente cem milhões e conta ainda nas contas do Instituto oitenta milhões. Tínhamos um prédio deteriorado e que literalmente quando ligávamos um computador à máquina não demorava muito para queimar, porque tínhamos problemas na rede elétrica, enfim, problema de toda ordem. Hoje, graças a Deus, nós estamos com prédio reformado, inclusive a reinauguração vai ser amanhã às 13 horas, já ficam Vossas Excelências, vossas senhorias, convidados para a reinauguração de amanhã.

Não tínhamos orçamento. Graças a Deus, pela determinação do Governador e com o apoio desta Casa de Leis, hoje o IPERON tem o seu orçamento próprio, conseguiu não só reformar o prédio, adquiriu frota nova, comprar computadores, nós tínhamos o nosso parque de informática, era arcaico.

Alguém pergunta assim: mas por que reformar o IPERON? Por que comprar computadores? Olhem, no século XXI se nós não dispusermos de um aparato tecnológico capaz de fazer os controles de entradas e saídas, nós vamos, talvez, podendo no futuro entrar, reviver o que se fala hoje que aconteceu no passado. Não é isso que nós queremos. Mas não basta termos equipamentos novos, é preciso também construirmos mecanismos de gestão suficiente como eu disse anteriormente de realmente controlarmos a Previdência com qualidade, com eficiência e eficácia, e é o que nós estamos fazendo. Hoje estamos com prédio reformado, estamos com equipamentos adquiridos, licitamos o sistema de gestão previdenciária, o ITAÚ Previdência foi o vencedor e pela sua história, a primeira instituição a investir na área de informática, informatizar os seus bancos, uma licitação em âmbito nacional.

Pois bem. Ainda o nosso sistema de gestão não está funcionando plenamente, mas em breve, nos últimos contatos que nós fizemos inclusive, ITAÚ Previdência e a Precisa Informática, que cuida da folha do Estado, está passando os

layouts para que em breve toda licitação, projeto do Estado, onde envolve Assembléia Legislativa, envolve os demais Poderes, Tribunal de Justiça, ou seja, da última cidade, Cabixi, até aqui Extrema, o servidor vai poder ter acesso às suas informações, que é o que a Lei determina. Nós sabemos que a Lei diz que nós temos que fornecer o extrato individualizado para o servidor da sua contribuição. Com esse sistema, gradualmente, tudo é um processo, não vou instalar e já do outro dia a gente vai fornecer, mas gradualmente o servidor vai ter condições de ter as suas informações lá na última cidade, ou seja, ele vai chegar na sua Secretaria de origem, independente do Poder que pertence, do órgão que pertence, e calcular, projetar a sua aposentadoria, a data da sua aposentadoria, dá entrada no seu processo. Então o objetivo é dinamizar. Nós estamos trabalhando nesse sentido.

Eu quero ainda passar alguns dados para Vv. Ex^{as}. A média de crescimento de inativo por mês do IPERON é de 2,74%, no mês entra em torno de cinco processos de pensão e quarenta processos ao mês de revisão de pensão. Esses dados são importantes para que depois eu faça as considerações e dizer de antemão, aliás, eu acho que está bem claro isso, esse Governo tem um compromisso, um compromisso com os cidadãos de Rondônia e com os servidores também, haja vista que nós nos empenhamos, mesmo encontrando barreiras, pedras, eu dizia para os sindicalistas para que façamos de maneira segura, vamos buscar informações junto ao Ministério da Previdência, muitos concordavam, alguns diziam: - Isso não é importante, é irrelevante. Eu falei: - É irrelevante. Dito e feito. Se nós não tivéssemos ido a Brasília junto ao Ministério da Previdência provavelmente não teríamos logrado êxito, mas a devolução, quero dizer que está a prova aí de um Governo sério e que havendo legalidade, havendo fundamentação legal, o Governo quer resolver sim, como resolveu esses descontos indevidos anteriormente.

Muito bem. O valor mensal da folha hoje é de cinco milhões quinhentos e setenta mil e novecentos e vinte dois, com aposentados e pensionistas. Nossos ativos do IPERON são de cento e quarenta e quatro mil reais, então são de cinco milhões e quinhentos e setenta que cresce e a cada dia que passa, senhores e senhoras, Presidente, Srs. Deputados, aumenta, eu diria não só gradualmente, mas progressivamente e até vertiginosamente, porque o Estado é um Estado novo, com um pouco mais de vinte e cinco anos, e nós já temos mais de três mil aposentados e pensionistas. Não vai tardar e nós vamos estar com dez, quinze mil aposentados dentro do IPERON.

Senhor Presidente, com tudo o IPERON ainda é o Instituto de Previdência saudável em relação a outros institutos de previdências do Brasil. Claro que quando eu falo isso estou falando do passivo atuarial, não estou falando no aparato tecnológico, eu não posso querer comparar IPERON com a Paraná Previdência, com a Rio Previdência, mas em termos de passivo atuarial hoje o nosso cálculo atuarial que acabamos de realizar demonstra que para tapar esse buraco no futuro oscila em torno de 40% de contribuições. Teria que haver 40% de contribuição. Então é momento, e aqui eu chamo todos os servidores públicos, os senhores sindicalistas, um órgão que é nosso, porque eu também sou servidor de carreira. Precisamos olhar para o IPERON como se olha para um pai e para uma mãe. Porque se nós começarmos tirar dinheiro deliberadamente

nós teremos problemas. Precisamos fortalecer o caixa do IPERON.

Previdência, a palavra diz previdência do ato de previsão, de prever. O IPERON é um dos poucos órgãos que você tem que capitalizar, tem que capitalizar para garantir a reserva, uma reserva para os futuros aposentados e pensionistas. Vejam bem, claro, o legislador foi sábio em colocar que se realmente o IPERON, não só o IPERON, todos os RPPS, todos os regimes próprios e previdências que não tiverem a condição de pagar, o Estado banca, ou seja, o Tesouro, tudo é Estado, o Tesouro banca. Mas, vejam, isso não é bom para ninguém, não é bom para os futuros aposentados, não é bom para os servidores ativos, não é bom para o cidadão de um modo geral, porque acaba sobrecarregando o Tesouro. Estou colocando isso para não dar nenhuma desculpa, mas eu penso que uma vez convocado aqui, eu penso ser interessante que todos entendam. Como tem uma hora, Sr. Presidente, de fazer alguns esclarecimentos, então eu dizia que o IPERON ainda ganha, é o quarto, eu dizia, não é, Alba, na explanação do cálculo atuarial feito pela Dra. Mônica, atuária, eu dizia que o IPERON é o quarto melhor instituto. Ela dizia: "O senhor está sendo modesto". E é verdade, porém nem tudo é mar de rosas. Eu quero dizer é que ainda está em tempo de socorrer o IPERON. E começa o socorro como? Cada servidor, cada sindicato participando. Eu acho que nós temos que conversar com todos os sindicatos e quanto menos sair do fluxo de caixa melhor é.

Outra questão; hoje são formalizados trinta e cinco processos por dia só de devolução. Se estiver equivocado, estiver errado, me corrija, Alba, trinta e cinco processos por dia só de desconto indevido. Nossos advogados, nós temos quatro Procuradores e três Assessores, analisam no máximo vinte processos por dia, vejam bem, eu estou dizendo trinta e cinco processos só de desconto indevido, isso administrativamente. Agora, nós temos judiciais, nós temos os processos administrativos, aquele que faz andar, que dá vida para o IPERON, temos as revisões de pensão, nós agora estamos, por exemplo, a nossa Assessoria Jurídica está lá imbuída no sentido de fazer junto com a Consultoria que tem toda a atualização da legislação. Por quê? Hoje se nós não estivermos adequados com a legislação federal nós não conseguimos o CRP, que é o Certificado de Regularidade Previdenciária. Como disse o Nereu no início, tem um projeto de lei nesta Casa e que é de suma importância a aprovação dele para a liberação do CRP. Isso também é uma formatação, inclusive no dia que estava aí a equipe do Ministério da Previdência. Sentamos juntos, um dos motivos que eu não vim na primeira convocação, junto com a nossa Assessoria Jurídica, mas não é só esse, tem "ns", tem que fazer a regularização do salário maternidade, são os critérios para a concessão de benefícios. Tem o gestor único que é uma necessidade, que o MPS, que o Ministério da Previdência nos impõe, porque eu acho que eu disse na última convocação que estive aqui, trimestralmente o Instituto de Previdência precisa informar precisamente qual o valor da sua arrecadação, a sua reserva financeira e uma vez por ano, pelo menos uma vez por ano as suas reservas matemáticas, o resultado do seu calculo atuarial por lei, senão fica preso o CRP. E agora nós estamos sem o CRP exatamente, por essa questão dessa legislação que nos foi imposta e que não deu tempo de tramitar, mas está sendo

liberada agora. Eu acho, quero crer que com essa aprovação não vai demorar e nós vamos conseguir a liberação. Eu dizia também no início que nós beneficiamos mais de vinte mil servidores. Nós temos, tramita no IPERON, três mil e quarenta pedidos de devolução, sendo que desses tem mil quatrocentos e trinta e seis que estão em duplicidade. Restam, a Alba está me lembrando aqui, já houve recebimento de muitos desses, restando mil seiscentos e quatro para serem analisados. Aí eu quero fazer um parêntese aqui. Por que às vezes demora? Eu acho que às vezes a pessoa entra com um processo, pensa que dali a dois, três dias vai ser pago. Não é tão fácil assim. Como eu disse, só de processo de desconto indevido entra trinta e cinco. Agora você soma os demais processos, os administrativos, os judiciais, enfim, salta aí para os seus quarenta, cinquenta, quer dizer, eles analisam vinte, sem falar essas outras situações que acontecem. Então, nós queremos pagar, agora, eu não posso estrangular a estrutura do Instituto, da mesma forma que aconteceu com setenta milhões, como é chamada a primeira ação, não foi da noite para o dia, da mesma forma nós estamos também trabalhando nesses processos.

Aqui nós temos. Cadê aquela lista, Alba? Nós temos aí uma lista inclusive do SINDSAUDE. Olha aqui, só para os senhores entenderem, senhor Presidente, só de um Sindicato são 3.596 Servidores, o valor daria cinco milhões seiscentos e cinquenta e nove. Desses aqui alguns têm processos administrativos, está sendo cruzado, foi detectado que alguns têm processos administrativos, outros não sabemos ainda, está sendo feito o trabalho, a questão é que a lei estabelece que todo cidadão brasileiro que tenha créditos com a Fazenda Pública ele pode requerer dentro do prazo de cinco anos, fora deste prazo, aqui fala prescrição, está prescrito. Há um questionamento do próprio Sindicato, dos próprios servidores que realmente não souberam, não entraram. Só que, o que nós precisamos? Nós precisamos que os advogados, os interessados no pedido fundamentem, mesmo se já passou cinco anos, que fundamentem. Por quê? Eu não posso liberar administrativamente um processo desta natureza, considerando o que está assente até então é a prescrição quinquenal. Nós não encontramos, Sr. Presidente, nenhuma sentença, nem juízo de primeiro grau, enfim, de todos os Tribunais, nem mesmo do STF, favorecendo aquele cidadão, aquele servidor que entrou após cinco anos, e como eu disse no início, o Governo ele quer resolver a questão do servidor, mas esse Governo também não é um Governo que governa à margem da lei, nós queremos fazer tudo na forma da lei, havendo fundamentação e dentro de uma ordem legal, de uma ordem estrutural, porque eu também, eu sempre digo isso para o meu pessoal, o IPERON, Instituto de Previdência, com toda vênua, não é um Instituto de devolução de descontos indevidos. O IPERON nasceu para cuidar das aposentadorias e pensões, contudo é nossa obrigação, é obrigação, além disso, do gestor corrigir os erros da administração. Estão entendendo? E nós estamos dispostos a fazer isso dentro da lei como já disse, porém eu tenho aí esses extremos, eu não posso estar nem em um e nem em outro. Eu tenho que buscar um ponto de equilíbrio para não estrangular a instituição. Então, se agora entrarem, como foi aqui, entraram com 3.596 pedidos, é necessário tempo. Não temos, senhores, não temos, Sr. Presidente, não tem estrutura para chegar e analisar, porque vai tudo com parecer jurídico, analisar esses processos de

imediate e pagar. Nem orçamento, eu dependo, claro, do orçamento, a gente pede, entendeu, o problema que hoje nem orçamento eu não estou pedindo, porque eu não tenho, não sou :superavitável, não é isso? Nem isso nós estamos podendo.

Então tem toda uma ordem legal, mas eu quero dizer para aqueles que nos ouvem, que é o maior interessado, os servidores, não há intenção do Governo, do IPERON em dar o calote nos servidores, muito pelo contrário, a intenção do Governo é corrigir o erro que aconteceu, assim como fizemos na primeira ação. Aqui foi colocado entre nós, ainda temos a questão dos médicos, temos ainda todo aquele débito antigo do tempo da assistência médica, que também é outra questão que está sendo travada, estamos viabilizando esforços para resolver também, veja que são várias questões, quer dizer, por isso que eu digo, se pegar o IPERON de 2003 para hoje, quer dizer, você com mais de 100 milhões, nós já pagamos, quer dizer, tem mais dívidas ainda, ainda estamos com oitenta e precisamos acumular, precisamos juntar, porque senão não consegue resolver todas essas questões, de modo que para concluir eu volto a dizer: IPERON, apesar de tudo, ainda é um órgão possível, ainda é um órgão saudável, que é possível fazer a sua revitalização, certo? Para isso, precisamos contar com todos os Poderes, com a contribuição rigorosa dos Poderes para que realmente o IPERON possa manter, cumprir as suas obrigações.

São estas as minhas palavras. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE(Deusdete Alves) - Neste momento, eu gostaria de cumprimentar o Presidente do IPERON, Deputado Chico Paraíba, Deputado Nereu, Deputado Beto.

O objetivo desta convocação, Sr. Presidente, era realmente para a gente esclarecer por que está havendo dois pesos e duas medidas em relação aos servidores que não foram pagos, os descontos indevidos. Nós achamos, nós cremos que eles também têm o mesmo direito. Nós sabemos das dificuldades, Sr. Presidente, que o IPERON tem, que é realmente uma instituição que foi criada com intuito de atender a Previdência, atender aposentado, atender as pessoas, mas esses funcionários, essas pessoas que realmente receberam, descontaram essa contribuição indevidamente, os outros receberam, nós achamos que é realmente injusto, nós gostaríamos que o Governo resolvesse. Nós sabemos que é possível a gente conseguir equilibrar esse pagamento, haja vista que é possível fazer um acordo que o Governo possa realmente, juntamente com o IPERON, fazer um acordo juntamente com os servidores que têm esses benefícios a serem recebidos para que eles não fiquem no prejuízo. Então é o que nós sempre estamos providenciando realmente, pedindo, como Presidente, juntamente com o Governo, que achem um caminho, uma solução para que essas pessoas não fiquem realmente nesta indecisão, nesse sofrimento precisando daquilo que ele acha que é indevidamente.

Estas são nossas considerações. Gostaríamos de passar então a palavra ao Deputado Nereu Klosinski. Presidente, nós gostaríamos que o senhor anotasse as perguntas e que no final ficaria mais fácil do senhor responder as perguntas individuais de cada Deputado.

O SR. NEREU KLOSINSKI – Sr. Presidente, Dr. Deusdete, que está presidindo a sessão, Presidente do IPERON, Antunes, sua assessora, demais Deputados.

Nós temos alguns questionamentos, Sr. Presidente, e foi bom, pelo menos na minha avaliação que V.S fez uma abordagem geral do IPERON, nos dá a liberdade inclusive de fazermos também alguns questionamentos em relação a situação geral do IPERON. E quero ser aqui bastante sincero na sua fala, Sr. Presidente, quando é dito aqui de que o Governo não tem intenção de dar calote, quer dizer, o Governo já está admitindo que está dando o calote, se ele diz que não tem intenção, ele está até admitindo que está dando o calote ao não buscar o pagamento para os servidores. Eu vejo com uma certa preocupação justamente todo esse histórico levantado aqui por V.Ex^a., colocando a preocupação de que os servidores deveriam estar preocupados com a situação, com a sobrevivência do IPERON e eu quero aqui registrar que não é do meu conhecimento, e acompanho vários sindicatos de servidores públicos, e em nenhum momento nesses mais de três anos de administração V.Ex^a convidou ou convocou representantes de sindicatos para discutir a vida do IPERON. Então eu acho que é uma situação aqui que poderia ser feito e não foi, eu pelo menos, a não ser que eu esteja enganado aqui, mas eu acompanho vários sindicatos de servidores públicos e não tenho acompanhado aqui nenhuma convocação sua em relação aos servidores.

E eu gostaria de até comentar também, eu acompanho o Diário Oficial do Estado e nós temos desde 2004, se não me engano, 2004 tem uma portaria, eu acho que mais duas portarias de 2005 onde o Presidente do IPERON já na sua gestão cria comissões dentro da estrutura do IPERON para discutir Plano de Carreira dos Servidores do IPERON, bem como a estrutura do IPERON. No entanto, depois de mais de dois anos dessas comissões discutindo a gente viu que chegou na Assembléia apenas a estrutura do IPERON, não veio nenhum Plano de Carreira de Servidores do IPERON. Então eu vejo com uma certa preocupação, essas comissões aí trabalharam, não fizeram nada? Ou a Presidência do IPERON não fez nada? Como é que foi feito isso?

Uma outra pergunta que eu gostaria aqui de aproveitar esta oportunidade, já em convocação anterior nós havíamos questionado qual a providência que o IPERON está tomando em relação ao seu patrimônio que tem no interior do Estado e hoje serve de estrutura para outros órgãos públicos do Estado de Rondônia. Não quero aqui dizer que eu sou contra a utilização dessa estrutura, mas se é um recurso do servidor, é um recurso do IPERON, que V.Ex^a diz que ele tem que capitalizar, qual o benefício que está vindo para o IPERON? Aluguel ou alguma coisa assim? Porque você tem que capitalizar justamente quando V.Ex^a diz aqui em relação ao custo da folha de pagamento do IPERON, e eu quero também já nesta oportunidade solicitar também, que eu não entendi que V.Ex^a diz o seguinte: que o IPERON teria que crescer 40% da receita. Como que é essa situação? Em relação a receita atual? Como é que é o crescimento que tinha que ser? Que tipo de crescimento é esse que V.Ex^a diz que o IPERON teria que crescer 40% da sua receita?

Outra questão aqui não foi colocada, pelo menos que eu tenha ouvido aqui durante esse período, em nenhum

momento alguma resposta quanto a sua convocação. Qual a previsão de pagamento? Qual a proposta política de pagamento do Governador, do Presidente do IPERON em relação ao desconto indevido dos servidores? Quero saber de fato qual é a proposta.

E eu gostaria aqui, Presidente, a gente questiona alguns pontos, mas também consideramos importantes algumas sugestões e eu quero aqui propor para V.Ex^a, que eu tenho certeza que vai diminuir em muito a burocracia do IPERON, e que o IPERON hoje tem tudo informatizado, como disse V.Ex^a., se tem tudo informatizado já sabe os servidores que teriam direito a receber restituição do período de 93 a 98, bem como os servidores que receberam do período de 93 a 98. Então, ao invés de estar analisando processo por processo individualizado, através dos Procuradores, e que não pode analisar mais do que 20 por dia, porque então não parte da Presidência do IPERON um levantamento claro, se já pagou para vinte mil com certeza não tem mais do que dez mil ainda pendentes para receber. É muito simples, se está informatizado, sabe qual o período que tem para receber parte do próprio IPERON, ou pega então, se não tem informatizado, pelo que eu estou percebendo aqui já não está informatizado, mas tem condições através de dados ainda que devem estar remanescentes do CEPORD, através de fichas financeiras do período de 93 a 98, quem era funcionário público, quem descontava IPERON indevido, quer dizer, quem e quanto descontou, esse mesmo quanto deveria descontar, você faria um diferença, um cálculo via folha de pagamento, que não teria necessidade de análise de processos individuais.

E nessa mesma linha aqui, V.Ex^a diz que a lei estabelece prazo de cinco anos para você questionar direito na justiça, só que também tem uma lei federal que ela diz claramente que o Estado pode a qualquer momento rever erros cometidos, então se em 2006 a administração do Estado fez uma análise do levantamento de que no período de 93 a 98 tantos mil servidores pagaram indevidamente o IPERON, valores a maior para o IPERON, esse Estado faz o cálculo, vai para homologação no Judiciário, se forem, que eu acho que nem há necessidade de homologação, mas pode até ir para a homologação e devolver o que foi descontado a mais. Assim como ele faz tirando do servidor ele pode da mesma forma, sem necessidade de processo individualizado, sem necessidade de ação judicial, basta apenas numa vontade política do Governo fazer esta avaliação e a partir daí, com dados todos informatizados, pelo menos a folha de pagamento desde 93 ela era informatizada, então não tem problema de que a gente vai ter que buscar no arquivo morto esses dados, a gente sabe que tem condições de fazer isso para que a gente possa então ter definitivamente as pessoas, os valores e isso é num prazo de tempo muito curto que a gente sabe que o Estado pode fazer e eu quero aproveitar já outra oportunidade também.

Qual a providência que O IPERON enquanto instituição está fazendo, que na outra convocação a gente já discutiu isso e V.Ex^a disse que estava fazendo levantamento de dados. Qual a providência que está tomando em relação aos Poderes, ao repasse dos Poderes, bem como do próprio Executivo, se ele está cumprindo o que é descontado do servidor, repassando mensalmente, e qual a providência que foi feita em relação ao passado? E eu quero aproveitar agora para dizer, neste ano de 2006, se todos os Poderes estão passando integralmente os

valores que são descontados dos servidores e qual é o valor total da receita então mensal hoje de arrecadação do IPERON.

Para finalizar, a última pergunta. Eu tenho acompanhado a folha de pagamento, pelo menos os contracheques de alguns trabalhadores em educação, e nos últimos meses, Sr. Presidente, o próprio IPERON, o Executivo, mas eu não sei se o IPERON não viu isso, ou como é que é, os professores, por exemplo, eles têm uma gratificação de incentivo ao Magistério, incentivo à Educação de 33% sobre o vencimento, ela foi instituída em 2002. Desde a sua instituição a contribuição previdenciária sempre foi a partir então de 98 sobre a remuneração, no entanto, estranhamente, há alguns meses o desconto não está mais incidindo sobre esses 33%, eu não sei se em relação aos demais servidores, tanto da Educação ou de outras categorias também continua acontecendo e se está acontecendo eu quero saber qual é a intenção de tentar não descontar para aposentar só com o vencimento básico ou por qual motivo não está descontando, uma vez que há um entendimento por parte dos servidores de que tem que pagar sobre a remuneração, embora eu sei que tem um bocado de requerimento pedindo para não descontar sobre esta gratificação, mas uma coisa é clara: quem acompanha, quem sabe da lei, e nessa questão aí o Estado tem que estar cumprindo a lei, e o cumprimento da lei neste momento é descontar sobre a remuneração para que o servidor se aposente com a remuneração integral. Estou estranhando, não sei se aos outros servidores públicos está acontecendo também isso, mas foi constatado alguns meses e eu gostaria de saber por qual motivo que está acontecendo.

E para finalizar mesmo, gostaria então de que tivesse de fato uma proposta concreta aqui, Sr. Presidente, de concreta e política por parte do Governo. Tem interesse em pagar? Tem intenção de pagar ou o objetivo é dizer: "não quero dar calote, mas vou enrolar o quanto puder." Gostaria de uma coisa concreta. Nós temos representantes aqui de vários sindicatos presentes e eu acho que uma tarefa importante é a melhor alternativa que V.Ex^a teria e eu quero aqui apresentar e convidar os sindicatos, que eu tenho certeza que todos eles têm a preocupação, sim, em relação à questão do futuro, porque é o futuro nosso, eu sou servidor público também e a gente tem essa preocupação.

Gostaria que fossem respondidas todas as questões aqui apresentadas.

O SR. PRESIDENTE(Deusdete Alves) – Passo a palavra ao Presidente do IPERON para responder às perguntas que foram formuladas.

O SR. JOSÉ ANTUNES CIPRIANO – Bem, Sr. Presidente, primeiramente, respondendo à pergunta de V.Ex^a, que havia dois pesos e duas medidas, data vênua, porque um foi judicial e o judicial nós resolvemos na forma da lei, os administrativos, nós também temos resolvido gradualmente, não foram resolvidos, como eu já coloquei anteriormente, por uma questão estrutural, não é que falta vontade política, mas por uma questão estrutural que está sendo resolvida, mesmo porque, principalmente agora que nós também obtivemos o resultado do cálculo atuarial, e não é tão fácil assim para você mensurar as questões.

Bem, a fala do Deputado Nereu Klosinski, ele usou inclusive uma frase, um texto nosso, não tem intenção de dar calote. Eu não imaginava que ia repercutir assim. Realmente, não é a intenção, nós não queremos, o Governo não quer dar o calote, quer resolver. Agora, o que nós estamos entendendo é que tem algumas situações complicadas que precisa ser construído esse processo, como foi com os outros, com a primeira, vamos dizer a primeira ação, que eu não posso falar de segunda ação porque para nós não existe a segunda ação, mas vamos denominá-la assim para efeito aí de nomenclatura.

Com relação também com o que o Deputado Nereu menciona que os sindicatos não foram convidados. Ora, nós ficamos um ano e meio, e por várias vezes os sindicatos se reuniram lá dentro do IPERON para construir este acordo e por muitas vezes toda essa construção desse acordo foi falada a situação do IPERON. Nós conversamos sobre a situação do IPERON em todos os sindicatos, aqueles que tinham, especialmente aqueles que tinham transitado em julgado.

Muito bem, colocou-se também a situação do plano, da estrutura. Olha, desde 2004 é que eu estou sendo muito sincero. Quando nós assumimos, os primeiros atos foi constituir comissão para a elaboração do Plano de Cargos e Salários. Nós não quisemos que a coisa viesse de cima para baixo, passaram pela mão de várias comissões, algumas, todas colaboraram evidentemente, todos foram importantes, as mesmas entenderam que deveria ter mudanças nas comissões, o certo é que reconheço que houve uma demora, até que se chegasse a um consenso. Por fim, já estava no conselho de administração a proposta e ainda houve divergência. O certo é que a dificuldade do Plano de Carreira naquele momento não eram os servidores que estão lotados no IPERON, porque nós tínhamos colocado lá uma gratificação que diferenciava, que atendesse aqueles que estavam lotados no IPERON, porque eu não sei se o Deputado sabe, o IPERON tem quatrocentos e poucos servidores, desses quatrocentos tem cento e doze que estão lotados diretamente no IPERON e aí a PGE entendia que não, e aí complicou porque alterava a folha das outras Secretarias em quase duzentos mil, alterava bem. Então, em função das dificuldades, eles estavam sem orçamento para bancar esse impacto. Então a intenção agora é incluir para ver se no próximo ano a gente resolve. Não é lá do IPERON diretamente, era fácil resolver, agora, nós temos esses outros servidores que estão em outras Secretarias. Complicou um pouco a estrutura, o Plano de Carreira não, mas a estrutura está também nesta Casa de Leis, e o IPERON nós temos dificuldades, como eu coloquei para os senhores, que eu tenho quatro assessores jurídicos, são poucos, gostaria de ter mais pelo menos uns três, dois ou três a mais para resolver essa demanda, não só na área jurídica, bem como em outros setores, nova gerência, uma gerência que é minúscula, precisaria ampliar, quer dizer, realmente aquela estrutura hoje não atende a necessidade do IPERON.

Bem, com relação ao patrimônio do IPERON. Boa pergunta, Deputado! Concordo também. Inclusive nós já estamos tomando essas providências. Fizemos contato com todos os nossos funcionários, porque quando nós chegamos, qual que era a situação? Estavam os prédios cedidos. Nós analisamos. São vários, não é só a questão patrimonial, muitas outras coisas. Para vocês terem uma idéia, inclusive me esqueci de falar isso na minha fala inicial, praticamente 90% dos

terrenos onde tem os prédios do IPERON não eram regularizados, não tinham cadastro na Prefeitura, muito menos escritura. E pasmem os senhores, ainda tinha prédio, ou seja, terrenos com prédio construído em nome de terceiros. Tudo isso nós já regularizamos. Então é o que eu disse, é um processo. Quer dizer, de 2004, se nós formos fazer um balanço mesmo bem amiúde, houve um progresso significativo. Agora, eu até dizia isso para os meus pares do Conselho, da DICONAPREV, o Conselho dos Dirigentes Próprios de Previdência do Brasil, onde eu falei: – Olha, o nosso prédio está reformado, está bonito, como falei aqui. Claro, para vocês isso é normal, a gente vai a Santa Catarina as instalações são de primeira, com aparato tecnológico bom, quer dizer, mas para nós é uma grande vitória, nós progredimos. Agora eu digo que ainda falta muita coisa e nós queremos, estamos fazendo. E uma dessas providências é exatamente a questão patrimonial que nós reconhecemos que ela é séria. Nós conversamos já com todos os cessionários, como, por exemplo, do IDARON, o Presidente Décio Lira, temos uma equipe cuidando disso, eu fui pessoalmente também, informamos a SEDAM também que ocupa, a PGE, de que nós vamos necessitar cobrar o aluguel, porém é órgão público, eu não posso taxar um aluguel também, eu preciso que tenha uma instituição que avalie. Inicialmente pensou-se em contratar uma Consultoria. Entendemos que antes de fazermos isso entramos em contato com o pessoal do patrimônio para ir lá avaliar o valor venal, porque precisa ser avaliado o valor venal para colocar no balanço e também o valor de locação. Isso tem que ser certificado, mas todos eles já estão informados, temos ofícios já.

Tem uma outra situação. O prédio está em mal estado, acho que 95% dos prédios, não é diferente do prédio sede, é uma situação caótica, precisam ser reformados, nós não temos orçamento para todos, então temos o financeiro, o custeio que é os 2% que a legislação federal prevê a gente vem amarrando de cordão e graças a Deus, entendeu, temos, nós temos o financeiro para fazer a reforma desses prédios, não temos o orçamento para todos, mas já tomamos a providência em começar a reforma de alguns deles. E qual é o compromisso? Eu só reformo o prédio quando eu tenha assinado um protocolo de intenção do órgão cessionário. Por quê? Qual é a preocupação? Porque eu reformo e depois ele diz: – “Não, eu não quero prédio”, – aí vou eu, vai o IPERON bancar com segurança, com guardas. Eu não quero isso. Quer dizer, vai reformar? Vai. Agora, vamos estabelecer o aluguel, daqui pra frente você vai pagar tanto de aluguel, mas eu não posso dizer não, tenho que ter uma instituição qualificada, conforme diz a lei, para avaliar.

Então, nós estamos nesse processo, Deputado. A preocupação é grande. Concordo com V.Ex^a, realmente esses prédios têm que render, tem que auferir lucro para o Instituto e nós estamos trabalhando nisso.

Bem, a pergunta essa receita em relação a quê? Veja bem, o cálculo atuarial em palavras simples, eu não sou atuário, mas me considero um administrador, mas em termos simples ele vai dizer quantos aposentados e pensionistas nós vamos ter daqui a 5 anos, 10 anos, 20 anos, 30 anos, outros vão estar vivos, ou seja, às vezes eu digo brincando, vai dizer: - olha para o cidadão, nos dados dele e vai dizer – olha, você vai viver tantos anos, daqui a tantos anos você vai estar lá já dessa

pra melhor, a grosso modo. Então vai dizer quantos servidores aposentados e pensionistas eu tenho lá e quanto eu vou precisar para cobrir, para bancar, assim é a atuária, é uma ciência atuarial. Então, o cálculo atuarial demonstra hoje que nós precisaríamos em torno de uma contribuição de 40%. Agora, isso é impossível, é impagável, isso é impagável, a gente sabe que é complicado. Outros Institutos do Brasil às vezes precisam de 80%, de 100%, então o que é que o Ministério da Previdência está propondo? Eles propõem a chamada segregação de massa, que seria, por exemplo, até 2000, aliás acho que o próprio Dr. Alaor, salvo melhor juízo, e tem atualmente o Chefe de Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça que me fugiu o nome agora, tem esse encaminhamento também não é de hoje, que poderia se fazer uma segregação de massa, até 2000 responsabilidade do Tesouro, tipo assim os novos responsáveis do IPERON, bem isso aí é complicado também, o Estado também enfrenta dificuldades para poder, o Tesouro enfrenta dificuldades também para poder tocar sua obra, sua estrutura. Bem, então pode ser uma segunda alternativa, seria então majorar a contribuição. A legislação diz que o servidor, até decisão do STF, no máximo que ele pode contribuir para a Previdência seria de 14,5%, o máximo, mas não é intenção também do Governo majorar a contribuição do servidor, não é, a intenção é deixar os 11%. O Estado por sua vez, o Tesouro, a legislação diz que ele pode contribuir no máximo o dobro do valor da contribuição do servidor.

Sendo assim, o que o Ministério, inclusive nós vamos ter uma reunião de um grupo de trabalho em Brasília para discutir exatamente essa questão do equilíbrio atuarial, porque é complicado, quer dizer a situação, por exemplo, do IPERON, outros institutos não, mas o IPERON está honrando com seus compromissos, ele arrecada oito milhões, paga cinco milhões e pouco de folha, quer dizer ele está ainda honrando com seus compromissos, claro que isso no futuro vai ter problemas. Tem uma outra questão também, e aí eu aproveito e já antecipo a pergunta do Deputado, que isso também passa pelo processo de informatização. Quando eu disse aqui que nós adquirimos e já adquirimos o sistema de gestão, o sistema está em construção, o IPERON está em vias de ser informatizado, ele não está informatizado ainda, está em vias, quer dizer, foi feito um recadastramento pelo Ministério da Previdência, um convênio onde terminou agora, inclusive está sendo jogado agora no SIPREV, o SIPREV é o sistema meramente de cadastro do Ministério da Previdência, ele não é um sistema de gestão de passivo, o passivo atuarial, o passivo ele é, ou seja, que cuida dos aposentados, dos pensionistas e dos quarenta e poucos mil servidores, o IPERON tem que ter os dados de todo esse pessoal, e, pasmem os senhores, nunca foi feito um banco de dados, o Estado não tem, as informações ainda são escassas, então nós estamos crescendo e são ainda complicadas, truncadas, entendeu. E o Valdir tem sido um grande parceiro nosso, o Secretário de Administração, nós temos trabalhado juntos nesse sentido, é um megaprojeto e que a hora que tiver esses dados e o sistema funcionando então fica mais fácil, fica mais fácil. Realmente essas informações, esse assunto que eu estou falando eu me prendo isso tão-somente ao Poder Executivo, então nós não temos informações de outros Poderes, não tenho. O que eu necessito para ter as informações dos outros Poderes? A análise da folha. Nós não temos nada. Só tem a do Poder Executivo.

Com relação à contribuição que o Deputado mencionou, o Poder Executivo tem mandado a sua contribuição. Nós temos nos mantido com essa contribuição do Poder Executivo, com a do Tribunal de Justiça, com a do Tribunal de Contas; do Tribunal de Justiça somente dos servidores, dos Magistrados, como eles pagam lá também, eles pagam, é uma outra situação, se eles mandarem também para nós vai até onerar mais a folha. Agora, tudo é um processo, nós estamos construindo, já foi, inclusive eu quero aqui elogiar de público o Tribunal de Justiça, o próprio Tribunal de Contas pela preocupação que eles tiveram de constituir comissões mistas para análise dos débitos. Então eu acho que nós crescemos e a gente percebe o interesse, a preocupação que os Magistrados, os próprios servidores, o próprio Presidente do Tribunal de Justiça, os Conselheiros do Tribunal de Contas tem com a Previdência de realmente a gente melhorar. Então isso está havendo.

Eu não recebo ainda contribuição, não sei se devo responder aqui ou se o Deputado perguntou, parece que ele perguntou. Que eu deveria dizer que quem está mandando a contribuição? Não sei, Deputado, eu limito-me só a dizer quem está mandando.

Muito bem, eu recebo então do Poder Executivo, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, não recebo do Ministério e não recebo desta nobre Casa de Leis, já tem aí acho que três anos, recebi algumas parcas contribuições, é com todo respeito e nós assumimos em 2004, por um pedido da Presidência de nós assumirmos, aliás é algo inédito, essa situação me foi questionada dentro do Conselho, do CONAPREV, do Conselho Nacional também, aliás, do Tesouro Nacional, e eu tive que fazer o relatório, e ele disse: é algo inédito isso, porque você está assumindo. Eu assumo a folha dos aposentados e pensionistas, se não estou equivocado, e entretanto eu não estou recebendo e agora o Presidente mandou ofício para nós inclusive demonstrando interesse em resolver essa situação e nós respondemos que o IPERON não dispõe, Deputados, Sr. Presidente, não dispõe ainda de aparato, não vou dizer tecnológico, é tecnológico aparato virtual de sistema, porque nós estamos em andamento para eu poder checar, eu não tenho, só preciso de quê? Eu preciso desse elemento básico, que são o quê, que são as informações aqui. A folha é processada nos Poderes, os senhores sabem disso, nós temos o Poder Executivo, ele processa a folha em vários órgãos, entendeu, do Poder Executivo, da SEDUC, do Planejamento, do IPERON, do DETRAN, as Secretarias, administração direta e algumas indiretas, mas isso não ocorre com a administração indireta. Então nós não temos esses dados, é impossível eu mensurar, entendeu, e eu não sei, por exemplo, se perguntasse se os outros Poderes, mandam, eu sei que mandam; mandam, mas se a contribuição é precisa? Não, não é precisa.

Outra situação. Nós estamos agora envidando esforços, nós estamos envidando esforços para fecharmos um convênio com o Ministério da Previdência, é o que se chama de "PARSEP II", inclusive fizemos o "PARSEP I", esse recadastramento, foi um trabalho no meio de campo, graças a Deus muito bem feito que fizemos lá, com na época o Ministro, o Senador Amir

Lando, tinha outros técnicos lá agora que me fugiu o nome e graças a Deus conseguimos. E para os senhores terem uma idéia, alguns Estados ficaram de fora e aí ficaram até com dor de cotovelo, como é que Rondônia lá no fim do mundo, como dizem eles, alguns dizem, não é, conseguiu e nós não conseguimos, ainda tem essa questão, às vezes Rondônia está aqui no Norte, entendeu, e alguns Estados aí, entendeu, com maiores índices de população e nós conseguimos, agora estamos aí numa luta para conseguirmos o PARSEP II, onde vai ter um recadastramento de todos os Poderes e nós, nós precisamos realmente de parcerias, o IPERON ele não quer divulgar as mazelas de ninguém, muito pelo contrário, nós queremos somar, somarmos, estarmos juntos para fazermos essa previdência forte, e só faz previdência forte se tivermos o apoio de todos os parceiros.

Bem, como eu dizia, o Presidente desta Casa, o ilustre Presidente desta Casa mandou um ofício pedindo, demonstrando o interesse em resolver essa situação. Nós respondemos, estamos aguardando então a análise das folhas ou nós sentarmos, eu vou também procurá-lo inclusive para uma audiência, solicitar uma audiência para ele para a gente resolver essa situação, eu sei que isso aí vai ser resolvido com certeza. Então eu acho que ficou claro a questão do cálculo atuarial, entendeu, e se ao longo do processo, ou seja, precisaríamos começar agora com essa contribuição tendo em vista a expectativa de vida de mais, hoje aumentou, não é, mais de 60 anos, então por isso que hoje os aposentados ficam mais tempo na Previdência, gastam mais, graças a Deus que a nossa expectativa de vida tem aumentado, isso significa dizer que tem melhorado a qualidade de vida.

Bem, aqui o Deputado Nereu Klosinski ainda ele nos pergunta, nos indaga. Qual que é a proposta para o pagamento do desconto indevido? Veja bem, aí nós temos duas situações. Vamos dividir isso aí, eu acho que seria até em três situações. Existe, por exemplo, um processo lá do SINDSAUDE, que são cento e poucos médicos e que segundo o Sindicato eles fazem parte da 1ª Ação, que é chamada 1ª Ação, que não entrou na 1ª Ação porque, segundo informações, o contador judicial não tinha aprontado, não foi possível, acho que faltavam documentos lá no processo. Muito bem, nós estamos aguardando esse documento do Judiciário para que então nós possamos resolver isso aí, isso aí é um resquício ainda, vamos dizer assim, da 1ª Ação. Outra questão aí tem um lote grande de três mil e poucos, não é algo que nós citamos, precisa ver o seguinte: desses três mil, desse universo, quantos entraram, quantos formalizaram, aquilo que o Deputado colocou de levantar, fica complicado, então precisa levantar o seguinte. Quantos de fato deram entrada, porque tem todo um rito legal, é bom lembrar isso, deram entrada administrativamente dentro do período legal, muito bem. Uma outra situação mesmo, isso eu não estou enrolando, isso é lei, agora é o que eu disse, se os Sindicatos entendem diferente, o Deputado citou uma legislação, nós entendemos que aquele preceito não se aplica nesses casos, porque tem legislação específica para isso, certo, existe legislação específica, aí quer dizer, e mesmo porque

isso é também a questão do pagamento administrativa, ele é um ato discricionário do gestor, porque se eu, eu entendo que se eu pagar sem que eu tenha uma fundamentação legal, se eu sair fora da prescrição eu vou responder. Então eu preciso de quê? De fundamentos, eu preciso. Concordo com o Deputado e ficam aqui já os Sindicatos convidados para que a gente sente. Agora, é interessante que tenham assessores jurídicos, vou com assessoria jurídica, vocês levam os de vocês também para nós encontrarmos caminhos. Eu não posso, eu não me sinto à vontade, me sinto constrangido, acho que essa é a palavra, constrangido de liberar um processo que esteja fora da prescrição, não me sinto à vontade, me sinto constrangido, eu penso que essa é uma prerrogativa do gestor, quer dizer, eu não estou, reafirmo, o Governo não quer dar calote, quer resolver, agora, eu preciso fazer, preciso dar a canetada, como diz o Governador, seguro, eu tenho que ter segurança, a minha assessoria jurídica, quer dizer, eu tenho que ter o entendimento entre a assessoria jurídica e a própria PGE, a Procuradoria Geral do Estado. A PGE não entende assim, entende que o período também é quinquenal, a assessoria jurídica nossa também, os Magistrados também, a lei também, o Poder Judiciário. Então eu vou encontrar guarida aonde? Essa é a minha pergunta. Quem vai me dizer que eu estou pagando fora do período, eu vou estar agindo corretamente dentro da lei? Aí, entendeu, é isso que eu quero. Se V.Exas. puderem nos ajudar, eu vou ficar, nós vamos ficar gratos, porque a gente quer resolver a situação. Agora, até então eu não tenho, para onde eu me viro, não, o período é quinquenal, todos os juízes trabalham na quinquenal. Se você vai para o Superior Tribunal, é quinquenal; vai para o STE, é quinquenal, entendeu; minha assessoria jurídica também; a PGE também. Quem poderá, vamos dizer como dizia o Chapolim. Quem poderá me socorrer?

É só isso. Eu quero, entendeu, fundamentos, fundamentos, porque nós não temos. Eu, nós trabalhamos, estão entendendo os senhores como é que é complicado, é quinquenal, são cinco anos. Então, se a gente conseguir isso aí e provar, vamos defender outra tese, vamos construir uma outra tese e os interessados apresentem essa outra tese e aí nós vamos ver o que é possível fazer.

Bem, tirando esses, essa situação ainda obscura, os demais já estão sendo processados, está sendo levantados, essa lista que eu mostrei no início, ali está tudo misturado. Então nós estamos fazendo o quê? Uma triagem. Ficaram os processos administrativos? Ótimo. Agora traz aqui, me dê esses processos administrativos, aí tem uma outra situação, senhores, aqueles mesmos que têm processos administrativos e que na época a Procuradora era a Dra. Célia Takeda, que é até hoje e o entendimento era todo igual, que opinavam todos pelo indeferimento, todos, todos os descontos indevidos opinavam pelo indeferimento. Muito bem. Aí deram ciência ao interessado, foi dado ciência, aí o interessado, é aquilo que os advogados, eu não sei o termo correto, é esperneando, o interessado não esperneou, não esperneou, não esperneou, quer dizer, passaram cinco anos e agora tem gente entrando novamente. Ora, já também de acordo com a prescrição, eu também não

encontro guarida. Então o que hoje eu asseguro, posso dizer com segurança, não é má vontade, mas o que está na lei, o que não me foge da lei, do meu conhecimento, é realmente esses que entraram administrativamente, aí esses nós podemos, eu disse aquele dia para os Sindicatos, nós podemos construir um acordo, podemos sentar. E paralelo a isso nós não descartamos os outros, bem lembrado, bem entendido, não fica descartado, é objeto de estudo, de encontrarmos um caminho, de repente nós estamos equivocados, de repente será, de repente minha assessoria jurídica está equivocada, de repente a PGE está equivocada. Será? De repente até a Justiça de 1º grau, de 2º grau assim, o STF estão todos equivocados, quem sabe, vamos construindo caminhos, vamos ver, no início também não diziam que o desconto, essa devolução seria impossível, e nós encontramos caminhos. Agora, o que eu não posso é sem essa prévia análise, sem esse estudo com todas as correntes e segmentos, não é, quem fez aí entendeu a pedagogia, sabe dos contraditórios que surgem as mudanças, então vamos descobrir, vamos caminhar, nós estamos abertos, os sindicatos ficam aí convidados para sentarmos, construirmos. Agora, hoje precisa ser de uma ordem jurídica além dos Presidentes, dos representantes, precisa ter os representantes jurídicos e apresentar a legislação. Vamos estudar, vamos juntar, chamar a Assessoria Jurídica, chamar a PGE para nós discutirmos. E aí tendo o entendimento pode ter certeza como dois mais dois são quatro, com toda exatidão que o Governo vai resolver, está certo.

Bom, eu disse que o IPERON não está informatizado, hoje tem os computadores, tem o sistema gestão que está sendo montado. Então dificulta muitas coisas, são processos, eu quero crer que até no final do ano a gente consiga resolver, até o final do ano está sendo elaborado, já avançamos muito, mas ainda é no manual, muitas coisas é manual, está certo. Qual a providência que está sendo tomada em relação aos Poderes? É aquilo que eu falei, nós pedimos análises das folhas, temos. Ah! Pord: h! elaçl do ano rudanças, entueque não entra na Justiça. Não é assim, eu penso que a gente tem que construir caminhos pela diplomacia, estamos com um bom entendimento aqui com os Parlamentares desta Casa, temos buscado o diálogo, entendemos também as dificuldades que passam os Poderes e temos demonstrado também a necessidade que o IPERON tem. Então isso eu quero deixar aqui registrado nos anais desta Casa que nós necessitamos, sim, da contribuição, necessitamos, mas estamos abertos ao diálogo. Agora, a questão da contribuição ela é irrevogável, é indiscutível, tem que realmente repassar, senão a Previdência não sobrevive, nós precisamos discutir, sim, as formas, a maneira, aquilo que os Poderes sintam-se seguros, que tenham certeza de que certas informações não serão violadas e isso nós temos construído um trabalho sério dentro do IPERON para realmente resguardar aquilo que é de interesse confidencial, de interesse sigiloso e convido também, como eu já disse no início. Convido aqui os senhores Deputados, o Presidente desta Casa, todos os servidores aqui, os funcionários, será um prazer enorme recebê-los na nossa autarquia, os senhores irão perceber que

ela está de cara nova, trabalhamos com muito afinco, com muito carinho, os servidores também, tudo o que nós conseguimos ali eu faço questão, eu já vou está encerrando aqui. Eu tenho quanto tempo?

Muito bem, se ali está reformado, primeiro por terminação e orientação do Governador Ivo Cassol, o apoio de toda a nossa equipe, os funcionários do IPERON que não têm medido esforços, uma dessas pessoas é a Alba, está ali o Wilson, toda nossa equipe, o Alex, todo esse pessoal que tem trabalhado com muita garra para que nós pudéssemos fazer o que nós estamos fazendo. Uma das coisas mais certa que o Governador diz que ninguém é bom sozinho, se a gente consegue fazer alguma coisa é porque tem pessoas boas junto com a gente, ao cidadão é permitido sonhar, os funcionários dele também, mas aos governantes não basta sonhar, tem que realizar, e é o que nós estamos procurando fazer e procurando conversar, dialogar e agir. Sei, Deputado Nereu Klosinski, que nós ainda precisamos fazer muitas coisas. A questão da gratificação do Magistério que V.Ex^a me argüiu na legislação atual, na Emenda 41, realmente ela elenca a questão das verbas transitórias, há um entendimento, inclusive a Assessoria Jurídica está em estudo, eu faço questão aqui também de dar ênfase que a folha é processada na SEAD, na SEPAG, certo, e que a SEAD também tem a sua Assessoria Jurídica, e o entendimento é de que a gratificação do Magistério ela compõe uma verba transitória, assim como outras, como, por exemplo, a gratificação do motorista, enfim, tem várias aí, porque a pergunta é que se faz. Quando o Professor deixa a sala, ele perde a gratificação? Perde, salvo se estiver investido em cargos de confiança, aquela coisa toda, são outras situações a serem discutidas. Eu também entendo que isso poderá trazer transtornos depois para concessão de benefícios. Foi retirado, a própria SEAD que retirou, mas nós fizemos esse questionamento, cumpre ao IPERON não retirar, mas fazer o questionamento à Secretaria de Administração e eles certamente retiraram, porque quero crer com certeza que encontraram embasamento legal. Contudo, volto a reiterar, está aberto, se ver que vai causar um desastre, um problema social no futuro, até mesmo porque de certa forma há uma perda de receita, até esses dias ainda falei com os meus técnicos, foi para 11%, mas com essa retirada de tantas gratificações transitórias quase que vai empatar a receita. Então estamos abertos, agora é outra situação que não podemos fazer fora da lei, não podemos estar a margem, se realmente a lei define o que é gratificação transitória nós não vamos poder tirar, mas é bom que a gente converse, eu acho que é um assunto que deve ser colocado na pauta, os Sindicatos precisariam se reunir com a gente. Nós estamos abertos para discutirmos essas questões também para que eles possam passar para a categoria.

Então eu acho que já coloquei a relação dos Poderes. Precisamos aguardar então a análise de folhas, a gratificação do Magistério também, a proposta concreta para sintetizar, excluindo esses ainda que devem ser objetos de estudo, que não vão ficar excluídos definitivamente, mas são objetos de estudo, está sendo analisado, os Sindicatos podem sentar, não

posso estabelecer data, não vai ser daqui a 10 dias, não, não posso dizer, porque olha aí um calhamaço de papeis, isso é só de um Sindicato, tem outros Sindicatos, só do SINDSAÚDE, tem outros que ainda não chegaram para nós, mas parece-me que o SINTERO já falou que são quatro mil e pouco, então é o que eu falei, eu não posso, porque estrangula a gente. O que eu estou falando é a mais pura verdade, estrangula a instituição, eu não tenho. Então tem que fazer comedidamente, porque senão eu não consigo atender a demanda das aposentadorias e pensões. Então vamos fazer. Vamos. Como nós fizemos. Demoramos aí dois anos e meio para resolver, eu quero isso aqui agora mais rápido, por quê? Porque agora não tem mais aquele imbróglio jurídico, nós já sabemos que isso é matéria pacificada, matéria pacificada então fica mais fácil de resolver. Agora é uma questão mesmo estrutural. Então eu peço a compreensão dos senhores. Quando eu disse no início de que o IPERON tem que fazer suas reservas, é a verdade, não quis dizer em nenhum momento para poder nos furtar da nossa obrigação, como disse bem o Deputado Nereu Klosinski. A Administração Pública a qualquer tempo pode corrigir os seus erros, claro que não entendemos, toda vênua, entendemos que não se aplica em específico a essa situação aos que estão prescritos, fora dos cinco anos, mas realmente na medida da lei, estamos aí para corrigir os erros. Seria essa a minha fala, depois eu teria alguns minutos para agradecer ou faço agora.

O SR. PRESIDENTE(Deusdete Alves) – Para finalizar nós gostaríamos de perguntar ao Presidente como foi descontado indevidamente dos servidores, é um direito do servidor, mas então o IPERON teria o direito de devolvê-lo, o dinheiro não é do IPERON, é do servidor. Então isso nós gostaríamos de perguntar. Como ficaria essa proposição, se há possibilidade de a gente fazer um acerto ou não. E terminada esta nossa explanação, o senhor tem as considerações para agradecer aqui a sua presença.

O SR. JOSÉ ANTUNES CIPRIANO – Bem, o que eu disse, no momento só vai ser feito esse cruzamento os processos que forem detectados, que entraram dentro do período legal, nós estamos prontos para fazer os acordos, respeitando a questão estrutural, podemos sentar, os sindicatos podem nos procurar que nós vamos fazer o acordo, obedecendo aos mesmos critérios da Justiça, os mesmos critérios, vamos fazer, os demais fica alinhavado assim: os senhores já tragam os assessores jurídicos, vamos encontrar caminhos. Nesse momento, os que estão fora dos que entraram depois dos cinco anos eu não posso, não tenho como deliberar nada; os outros, já viu, Alba? Chegando lá, já dê continuidade à análise, separa os que têm processos administrativos e os que não têm, para tramitar o processo, já tem uns tramitando, tem esse detalhe. Os sindicatos, ela está me lembrando bem, os sindicatos precisam apresentar os seus arquivos para que a gente possa trabalhar, porque até agora só tem realmente do SINDSAÚDE, que os outros sindicatos apresentem isso aí. Olha, gente, eu já pediria o seguinte: se vocês tem o levantamento daqueles que entraram administrativamente, melhor ainda, senão nós vamos fazer o levantamento. Agora, esses que não entraram depois

dos cinco anos, se não vai dificultar, esses tem que ser num segundo momento, esses sim, nós temos que sentar, conversarmos, é aquilo que eu falei, é matéria para ser estudada juridicamente. Os outros não, realmente o que eu disse, eu me sinto constrangido, hoje se eu for fazer o pagamento desses servidores que não entraram no período de cinco anos, entraram depois, aqueles que entraram depois de cinco anos, eu não me sinto seguro, não tem nenhum embasamento jurídico até então para que eu faça isso. Fora isso, estamos lá a vontade, sim, podemos sentar e conversarmos.

Bem, não sei se respondi, mas volto a pedir desculpas pelas convocações não atendidas, dizer que não foi por vontade própria, mas como gestor de Previdência pode parecer que não, mas é verdade, a gente tem uma agenda, também complicada. A Previdência, ela está em tona, ela está no auge aí, e é cobrança de todos os lados, e tem que ser assim mesmo, eu acho que é isso aí, este Estado democrático de direito tem que ser cobrado pelo Tribunal de Contas, o Ministério Público, Ministério da Previdência e graças a Deus isso se tem feito bem. Então, a gente tem que dar satisfação, tem que organizar as coisas conforme manda a Lei e de modo que aquelas vezes que nós fomos convocados, como eu já disse, realmente não viemos porque nós estávamos empenhados, inclusive, em resolver essa questão do CRP, formatando, coordenando, porque eu precisava estar presente para dizer como é que tinha que ser, a linha que tinha que seguir, estávamos aí com os técnicos da atuária, que é inclusive um par meu do Conselho, que é o Dr. Euzébio, de Goiás, uma pessoa com muita experiência e que já fez a reforma da Previdência em seu Estado e depois a organização do CONAPREV, foi só sucesso, graças a Deus, e eles também são formadores de opinião em alguns Estados, ainda quando a gente vai pôr alguma questão, as reuniões são realizadas trimestralmente em cada Capital e ainda tem as pessoas que acham que em Rondônia é só índio, Rondônia não tem progresso e o objetivo da reunião aqui, como disseram eles, nós somos teimosos em trazer, puxar a reunião para Rondônia, e evidentemente também de querer não só participar do CONAPREV, mas colaborar com a sua organização, com o seu progresso e também mostrar um pouco de Rondônia. Eu disse para eles na minha fala, mostrar que Rondônia também é Brasil, que também nós somos brasileiros, que nós temos orgulho do nosso povo, da nossa gente, temos orgulho daqui de Porto Velho, das nossas caixas d'água, inclusive foi uma das lembranças que nós entregamos para ele, do nosso povo, do nosso jeito de ser, o Governador esteve na abertura, inclusive, e isso aí é interessante mostrar que Rondônia tem muita coisa boa. Eles gostaram por demais, mostramos para eles um pouco aqui de Porto Velho e acreditamos que assim a gente vai também divulgando Rondônia para outros Estados. O Governador ainda colocava que às vezes as pessoas se preocupam em conhecer outros lugares fora do Brasil e esquecem de conhecer o Brasil. Temos lugares bonitos, por exemplo, nós sabemos aí o Pantanal matogrossense, eu acho que poucos sabem que Rondônia também tem pantanal e que tem muita coisa boa. Bem, mas, ademais, para concluir, Sr. Presidente, eu quero aqui agradecer pelos senhores ter nos aturado por esse tempo, de termos feito a exposição da realidade do nosso Instituto de Previdência, agradecer também

aos servidores que estão aí, é sempre um prazer receber os nossos sindicalistas, os nossos servidores do IPERON. Isso é importante, Previdência se faz assim com participação de todos, com grupo, o Deputado Nereu da outra vez disse que eu tinha ocupado um cargo de Diretoria do SINTERO, na verdade não foi um cargo de alto escalão, mas na base nós sempre realmente militamos, apoiamos, e gostamos, sim, de ouvir, de ver o que é direito do servidor para atender a necessidade do servidor, pode ter certeza que nós somos sensíveis, mas isso não é uma prática só do Presidente do IPERON, do José Antunes, isso é uma prática do Governador Ivo Cassol, podem ter certeza disso e é por isso que ele nos colocou lá porque ele tinha que colocar alguém que pensa exatamente como ele pensa, que reflita, que possa atender as necessidades do servidor.

Previdência, claro que previdência para cuidar da aposentadoria, das pensões, mas como houve um erro, nós temos que atender, não vamos deixar ninguém prejudicado, então agradecemos, um bom dia a todos. Estamos aí a postos e reitero um convite a todos: amanhã, às 13 horas, a reinauguração do prédio do IPERON. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE(Deusdete Alves) – Convido neste instante o Deputado Nereu Klosinski para acompanhar o senhor José Antunes e a senhora Alda até o Salão Nobre.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Encerra-se esta sessão às 12 horas e 10 minutos).

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 121/06

Manifestação contrária a manutenção de prisão de parlamentar.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA aprovou, e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Manifestar-se contrária a manutenção da prisão em flagrante, por porte ilegal de arma, do Deputado José Carlos de Oliveira, Presidente deste Poder, colocando-o em liberdade incontinenti, em conformidade ao disposto no § 3º, artigo 32 da Constituição Estadual c/c com o § 1º, artigo 27 e § 2º, artigo 53, ambos da Constituição Federal.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 11 de setembro de 2006.

Deputado Kaká Mendonça
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

ATOS DIVERSOS

ATO Nº 007/MD-DF/2006

Promove o remanejamento ou transposição de dotações orçamentárias de elementos de despesas do orçamento, no exercício de 2006.

A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia no uso de suas atribuições legais, consoante dispõe o Artigo 11, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia.

R E S O L V E

Art. 1º - Promover a transposição ou remanejamento de dotações, para atender despesas de Pessoal e Custeio, conforme discriminação no anexo I.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho 13, de setembro de 2006.

JOÃO RICARDO GEROLAMO DE MENDONÇA
Presidente em Exercício

FRANCISCO CARVALHO DA SILVA
1º Secretário

JOÃO BATISTA DOS SANTOS
3º Secretário

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO: I
ANEXO DO ATO Nº 007/MD-DF/2006 DE 13/09/2006

REDUZ

C O D I G O	E S P E C I F I C A Ç Ã O	NATUREZA DA DESPESA	FNT	VALOR
01.01.01031.1227.2667	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA	339039	100	310.000,00
01.01.01122.1027.1204	IMPL. E MANUTENÇÃO DA ESC.DO LEGISLATIVO	449051	100	2.100.000,00
01.01.01031.1027.2664	CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DA ALE-RO	339039	100	600.000,00
01.01.01306.1020.2519	IMPLEM. E MANUTENÇÃO DA RÁDIO-TV LEGISLATIVA	339046	100	944.000,00
01.01.01128.1227.2065	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES DA ALE	339039	100	500.000,00
01.01.01128.1227.2065	CAPACITAÇÃO DE AG.POLÍTICOS, SERV. E COMUM.	339036	100	200.000,00
01.01.01031.1027.2666	CAPACITAÇÃO DE AG.POLÍTICOS, SERV. E COMUM.	339030	100	100.000,00
01.01.01031.1027.2666	ASSEMBLÉIA ITINERANTE	339039	100	52.000,00
T O T A L				4.806.000,00

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO: I
ANEXO DO ATO Nº 007/MD/DF/2006 DE 13/09/2006

SUPLEMENTA

C O D I G O	E S P E C I F I C A Ç Ã O	NATUREZA DA DESPESA	FNT	VALOR
01.01.01122.1020.2563	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA	339049	100	150.000,00
01.01.01301.1020.2067	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES DA ALE	319011	100	150.000,00
01.01.01122.1020.2063	ASSISTÊNCIA MÉDICA-ODONTOLÓGICA	319011	100	4.506.000,00
	REM.PESSOAL CIV. ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS			
T O T A L				4.806.000,00